

# SENSO COMUM E OUTROS PANFLETOS THOMAS PAINE

INTRODUÇÃO DE **BERTRAND RUSSELL**

TRADUÇÃO DO ORIGINAL INGLÊS  
(ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA) POR **J. SILVA COUTO**

Editor responsável: Pedro Bernardo

Título original: *Common Sense / American Crisis I and XIII*

Apresentação: © Bertrand Russell Peace Foundation, 2022

Tradução: J. Silva Couto

Revisão: Pedro Bernardo

Paginação: Aresta Criativa

Todos os direitos para língua portuguesa reservados para esta edição por Bookbuilders / Letras Errantes, Lda.

Bookbuilders é uma chancela editorial de

Letras Errantes, Lda.

Rua Oceano Atlântico, 5

2560-510 Silveira

[www.bookbuilders.net](http://www.bookbuilders.net)

[info@bookbuilders.net](mailto:info@bookbuilders.net)

1.ª edição, BookBuilders, 2022.

Esta é a primeira tiragem desta edição, impressa na  
Papelmunde, S.A. em Março de 2022  
com o Depósito legal 495667/22  
e o ISBN 978-989-8973-30-6

# Índice

<i>Apresentação</i> . . . . .	ix
Senso Comum . . . . .	1
Introdução . . . . .	3
I. Da Origem e do Plano de Governo em Geral com Observações Sucintas sobre a Constituição Inglesa . . . . .	7
II. Da Monarquia e da Sucessão Histórica . . . . .	16
III. Reflexões sobre o Estado Actual das Questões Americanas . . . . .	29
IV. Da Presente Capacidade da América, com Algumas Reflexões Variadas . . . . .	53
Apêndice . . . . .	71
A Crise Americana . . . . .	85
Panfleto I . . . . .	87
Panfleto XIII . . . . .	101



**Senso Comum**  
**(1776)**

## Introdução

Talvez os sentimentos que se expressa nas páginas seguintes não estejam *ainda* suficientemente na moda para granjearem um favor geral; o longo hábito de pensar que determinada coisa não seja *errada* dá-lhe o aspecto superficial de estar *certa*, e ergue, de início, um temível grito de alerta em defesa do costume. Mas o tumulto não tarda a arrefecer. O tempo, mais do que a razão, cria novos conversos.

Sendo um longo e violento abuso de poder geralmente o meio de lhe discutir o direito em questão (e também em questões que nunca teriam sido imaginadas, se os que as sofreram não tivessem sido agravados na inquirição), e havendo o rei da Inglaterra decidido, em seu *próprio direito*, apoiar o Parlamento naquilo que ele chama *deles*, e estando o bom povo deste país gravemente oprimido pela coligação, tem

este o privilégio incontestável de analisar as pretensões dos dois e de igualmente rejeitar a usurpação de *qualquer deles*.

Nas páginas que se seguem, o autor evitou escrupulosamente tudo quanto é pessoal. Não há aqui elogios nem censuras a indivíduos. Os prudentes e os dignos dispensam o elogio de um panfleto; e aqueles cujos sentimentos são insensatos ou inamistosos cessarão por si, a não ser que com eles se despenda grande soma de esforços.

A causa da América é, em grande parte, a causa de toda a Humanidade. Surgiram e surgirão variadíssimas circunstâncias que não são locais, mas universais, que influirão nos princípios de todos os que prezam a Humanidade, e em cuja ocorrência estarão interessados todos os homens. Devastar a ferro e fogo um país, declarar guerra aos direitos naturais de toda a Humanidade e extirpar da face da Terra os seus defensores, são coisas que dizem respeito a todo o cidadão a quem a natureza deu o poder de sentir, e a cuja classe, apesar da censura partidária, pertence o

### O AUTOR

P. S. <sup>(3)</sup> – A publicação desta nova edição foi postergada com o fito de anotar (se necessário) qualquer tentativa de refutar a doutrina de independência. Como até

---

<sup>(3)</sup> [É o pós-escrito de Paine ao Prefácio da nova edição.]

agora não apareceu nenhuma resposta, presume-se que não aparecerá, uma vez que já passou bastante tempo, o necessário, para colher oportunidade.

Saber quem é o autor deste trabalho é inteiramente desnecessário, visto que o seu objectivo está na *própria doutrina*, e não no doutrinador. Mas talvez convenha dizer que não está ligado a nenhum partido e que não sofre influência nenhuma, nem pública nem privada, a não ser a influência da razão e dos princípios.

Filadélfia, 14 de Fevereiro de 1776





## I. Da Origem e do Plano de Governo em Geral com Observações Sucintas sobre a Constituição Inglesa

Alguns escritores confundiram de tal modo sociedade e governo que entre estas duas entidades deixaram pouca ou nenhuma distinção, apesar de, além de diferentes, possuírem origens diversas. A sociedade é produzida pelas nossas necessidades; o governo, pela nossa maldade; a primeira promove *positivamente* a nossa felicidade, unindo os nossos afectos, enquanto o segundo fá-lo *negativamente*, refreando os nossos vícios. A primeira encoraja o intercâmbio, o segundo cria distinções. A primeira é uma protectora, o segundo, um punidor.

A sociedade, em qualquer estado, é uma bênção, enquanto o governo, mesmo no seu melhor estado,

não passa de um mal necessário, sendo, no pior estado, um mal intolerável. Porque quando sofremos ou ficamos expostos, *por um governo*, às mesmas misérias que poderíamos esperar em país *sem governo*, a nossa calamidade aumenta pela reflexão de que nós é que fornecemos os meios pelos quais sofremos. O governo, como a roupa, é o emblema da inocência perdida; os palácios dos reis erguem-se sobre as ruínas das choupanas do paraíso. Se obedecêssemos clara, uniforme e irresistivelmente aos impulsos da consciência, não precisaríamos de outro legislador; não sendo esse, todavia, o caso, vemo-nos obrigados a ceder uma parte da nossa propriedade a fim de providenciar meios para a protecção do resto, e somos induzidos a proceder dessa maneira pela mesma prudência que, em qualquer outro caso, nos aconselha a escolher, entre dois males, o menor. *Pelo que*, sendo a segurança o verdadeiro propósito e fim do governo, daqui se segue irrefutavelmente ser preferível às demais qualquer *forma* que pareça mais capaz de no-la garantir.

Para termos uma ideia clara e justa do propósito e do fim do governo, supunhamos um pequeno grupo de pessoas fixadas numa parte qualquer isolada da Terra, sem ligação com o resto dos homens; nesse caso, elas representarão o primeiro povoamento de qualquer país, ou do mundo. Nesse estado de liberdade natural, a sociedade constituirá para elas o primeiro pensamento. Serão instigadas a ela por mil motivos; a força de um homem é tão desigual comparada com as suas

necessidades, e o seu espírito tão inadequado à solidão perpétua, que não tarda a ser obrigado a procurar ajuda e alívio com outra pessoa que, por sua vez, quer a mesma coisa. Quatro ou cinco indivíduos unidos poderiam construir uma habitação tolerável no meio do deserto, ao passo que *um* consumiria, talvez, toda a sua vida sem nada realizar; abatida a árvore, não seria capaz de a remover, nem de erguer a madeira; a fome afastá-lo-ia do trabalho, e as mais diversas necessidades atraí-lo-iam das maneiras mais diversas. A enfermidade, e até a desventura, seria a morte; embora nenhuma delas fosse mortal, torná-lo-iam incapaz de viver e reduzi-lo-iam a um estado em que mais seria morte do que vida.

Assim, a necessidade, como força de atracção, não tardaria a organizar os imigrantes recém-chegados em sociedade, cujas bênçãos recíprocas substituiriam e tornariam as obrigações da lei e do governo desnecessárias, mantendo-se perfeitamente justas uma para com a outra; mas como nada a não ser o céu é impermeável ao vício, há-de suceder inevitavelmente que, à medida que forem sobrepujando as primeiras dificuldades da imigração, que os unem numa causa comum, começarão a descuidar-se no dever e apego mútuos, e essa negligência fará surgir a necessidade de se estabelecer uma forma qualquer de governo destinada a suprir a falta de virtude moral.

Uma árvore conveniente proporcionar-lhes-á um parlamento, sob cujos ramos poderá reunir a assembleia

para deliberar em torno das questões públicas. É mais do que provável que as suas primeiras leis terão apenas o título de REGULAMENTOS aos quais obedecerão em virtude de uma única pena: a desconsideração pública. Nesse primeiro parlamento terão assento, por direito natural, todos os homens.

Mas à medida que a colônia for crescendo, crescerão igualmente os interesses públicos, e a distância que por acaso separar os membros tornará demasiado inconveniente que se reúnam todos em todas as ocasiões, como no início, quando o seu número era pequeno e as casas próximas uma da outra e poucos e insignificantes os interesses públicos. Isso indicará a conveniência de consentirem em deixar que a parte legislativa seja dirigida por um determinado grupo escolhido entre todos, o qual terá supostamente em jogo os mesmos interesses que os que o indicam, e agirá da mesma maneira que agiria o todo, se presente. No caso de a colônia continuar a crescer, será mister aumentar o número de representantes; e para que se atenda ao interesse de todas as partes, convirá dividir o todo em partes convenientes, cada parte enviando o seu número adequado; e para que os *eleitos* jamais formem para si próprios um interesse diferente do dos *eleitores*, a prudência mostrará a oportunidade de eleições frequentes, pois podendo os *eleitos*, por tal meio, regressar em poucos meses ao corpo geral dos *eleitores* com ele se fundindo, a sua fidelidade ao público ficará garantida pela prudente reflexão de não prepararem uma punição

para si próprios. E como esse frequente intercâmbio estabelecerá um interesse comum com todas as partes da comunidade, os membros apoiar-se-ão mútua e naturalmente, e é disso (e não do nome sem significado de rei) que depende a *força do governo e a felicidade dos governados*.

Eis, aí, portanto, a origem e o nascimento do governo, ou seja, um estatuto que se faz necessário por causa da incapacidade da virtude moral para governar o mundo; eis aí, também, o propósito e o fim do governo, isto é, liberdade e segurança. E por mais que os nossos olhos fiquem ofuscados pela exibição e os nossos ouvidos iludidos pelas palavras, por mais que o preconceito deturpe a nossa vontade e o interesse obscureça a nossa compreensão, a simples voz da natureza e da razão dirá que ele está certo.

Tiro a minha ideia da forma de governo de um princípio natural que nenhuma arte pode abater, ou seja, o de que quanto mais simples uma coisa, tanto menos propende a avariar e tanto mais facilmente se repara quando avariada; e com essa máxima em mente, ofereço algumas considerações sobre a tão guberna constituição da Inglaterra. Concedamos que foi nobre para os tempos sombrios e servis em que a redigiram. Quando no mundo imperava a tirania, afastar-se dela, o mínimo que fosse, constituía uma gloriosa salvação. Mas facilmente se demonstra que é imperfeita, sujeita a convulsões, e incapaz de produzir o que parece prometer.

Os governos absolutos (apesar de serem um malefício para a natureza humana) possuem esta vantagem: são simples. Se o povo sofre, sabe de que fonte brotam os seus sofrimentos, sabe igualmente qual o remédio, e não fica perplexo perante a multiplicidade de causas e curas. Mas a constituição da Inglaterra é tão excessivamente complexa que a nação pode sofrer durante anos sem conseguir descobrir onde está a doença; alguns dirão que está aqui, outros que está ali, e cada médico político aconselhará um remédio diferente.

Sei que é difícil superar preconceitos locais ou antigos; mas se nos dermos ao trabalho de examinar as partes componentes da constituição inglesa, veremos que são restos fundamentais de duas antigas tiranias, misturados com alguns materiais novos republicanos;

*Primeiro*, restos da tirania monárquica, na pessoa do rei.

*Segundo*, restos da tirania aristocrática, na pessoa dos Lordes.

*Terceiro*, novos materiais republicanos, na pessoa dos Comuns, de cuja virtude depende a liberdade da Inglaterra.

Os dois primeiros, hereditários, estão separados do povo; assim, no *sentido constitucional*, em nada contribuem para a liberdade do Estado.

É ridículo dizer que a Constituição da Inglaterra é a *união* de três poderes que se *controlam* reciprocamente; ou as palavras não têm significado, ou são simples contradições.

Dizer que os Comuns constituem um freio imposto ao soberano pressupõe duas coisas:

*Primeiro*, que o rei não é pessoa merecedora de confiança sem vigilância, ou, noutras palavras, que a sede do poder absoluto é o mal natural da monarquia.

*Segundo*, que os Comuns, indicados para tal fim, ou são mais sensatos, ou são mais dignos de confiança do que a Coroa.

Como, porém, a mesma constituição que dá aos Comuns o poder de controlar o rei, retendo as verbas, dá depois ao rei o poder de controlar os Comuns, permitindo-lhe rejeitar as demais leis deles, desta vez supõe ser o rei mais sensato que os que ela já supôs serem mais sensatos do que ele. Simplesmente absurdo!

Há algo de excessivamente ridículo na composição da monarquia; em primeiro lugar, exclui um homem dos meios de informação, mas permite-lhe agir em casos nos quais se faz mister o mais alto julgamento. O estado do soberano exclui-o do mundo; no entanto, a sua actividade exige que ele conheça perfeitamente o mundo; com isso, as diferentes partes, opondo-se antinaturalmente uma à outra, e destruindo-se, mostram ser absurda e inútil toda essa condição.

Alguns autores têm explicado assim a constituição inglesa: o rei, dizem, é uma coisa, o povo outra; os pares constituem uma câmara em nome do rei, os Comuns, uma câmara em nome do povo. Mas isso possui todos os sinais de uma câmara dividida contra si própria, e, embora agradavelmente dispostas, as expressões, uma



vez examinadas, afiguram-se inúteis e ambíguas; e há-de suceder sempre que a mais bela construção de que as palavras são capazes, aplicadas à descrição de alguma coisa que, ou não pode existir, ou é demasiado incompreensível para caber no campo da descrição, nunca deixará de ser uma série de simples palavras; e as palavras, apesar de poderem distrair o ouvido, não conseguirão esclarecer o espírito, pois essa explicação inclui uma questão anterior, ou seja, *como chegou o rei a um poder no qual o povo teme confiar e é constantemente obrigado a controlar?* Esse poder não pode ser dádiva de um povo sensato, e nenhum poder *que necessite de freio* pode vir de Deus; no entanto, o dispositivo da constituição supõe a existência de tal poder.

Todavia, o dispositivo não corresponde à tarefa; o meio não pode ou não quer realizar o fim, e a questão inteira é um suicídio, pois uma vez que o peso maior há-de sempre fazer subir o menor, e uma vez que todas as rodas de uma máquina são postas em movimento por uma, resta apenas saber qual o poder que na constituição tem maior peso, porque é esse que governará; e se bem que os outros, ou parte deles, consigam, como se costuma dizer, controlar a rapidez do seu movimento, desde que não lhes seja dado pará-lo, serão ineficazes as suas tentativas. A primeira força motriz ficará, por fim, com o caminho livre, e o que lhe falta em velocidade o tempo dará.

Não é preciso mencionar que a Coroa constitui a parte dominante da constituição inglesa, e é evidente

por si que toda a sua importância resulta do facto de ser quem atribui cargos e pensões; logo, não obstante havermos sido suficientemente sensatos para fechar a porta à monarquia absoluta, ao mesmo tempo fomos tão insensatos que demos à Coroa a posse da chave.

O preconceito dos Ingleses em favor do seu governo de rei, lordes e Comuns, nasce mais do orgulho nacional do que da razão. Não há dúvida de que os indivíduos têm mais segurança na Inglaterra do que noutros países, mas a *vontade* do soberano é na Grã-Bretanha, tanto quanto na França, a *lei* da terra, com a diferença de, em vez de proceder directamente dos seus lábios, ser transmitida ao povo sob o aspecto mais impressionante de lei do parlamento. Pois o destino de Carlos I tornou os soberanos mais perspicazes, não mais justos.

Assim, pondo-se de lado qualquer orgulho nacional ou preconceito em favor de modos e formas, a verdade simples é que *somente em virtude da constituição do povo, e não da constituição do governo*, não é a Coroa, na Inglaterra, tão opressora como na Turquia.

Nesta altura impõe-se com extrema necessidade o estudo dos *erros constitucionais* inerentes à forma inglesa de governo, pois tal como nunca estaremos em condições adequadas de fazer justiça aos outros, se continuarmos sob a influência de qualquer parcialidade, assim também não poderemos fazê-la a nós mesmos enquanto continuarmos agrilhoados a qualquer preconceito obstinado. E assim como o indivíduo apegado a uma prostituta não tem capacidade para escolher ou julgar uma esposa,

assim também qualquer inclinação em favor de uma constituição ou de um governo apodrecido nos tornará incapazes de discernir um bom governo.

## II. Da Monarquia e da Sucessão Hereditária

Sendo os homens originariamente iguais na ordem da criação, a igualdade só foi destruída por uma circunstância qualquer posterior; é possível explicar, em grande parte, as distinções entre ricos e pobres, e isso sem recorrermos aos nomes duros e malsonantes de opressão e avareza. A opressão, muitas vezes, é *consequência*, mas só raras vezes, ou nunca, *meio* para a riqueza; e embora a avareza evite ao indivíduo ser necessitadamente pobre, em geral torna-o tão medroso que não consegue ser rico.

Há, porém, outra distinção, maior, à qual não se pode atribuir nenhuma razão verdadeiramente natural nem religiosa: é a divisão dos homens em *reis* e *súbditos*. Macho e fêmea são as distinções da natureza; bom e mau as distinções do céu. Mas vale a pena indagar de que maneira uma estirpe de criaturas chegou a ser tão elevada acima das outras, a ponto de formar quase uma nova espécie, e se ela constitui meio de felicidade ou de desventura para a Humanidade.

Nos primeiros tempos do mundo, de acordo com a cronologia da Escritura, não houve reis e, por conseguinte, não houve guerras. O que atira a Humanidade

para a confusão é o orgulho dos reis. A Holanda, sem rei, gozou de mais paz neste último século do que qualquer dos governos monárquicos da Europa. A antiguidade favorece a mesma observação, uma vez que a vida tranquila e rural dos primeiros patriarcas possui em si algo que desaparece ao chegarmos à história da realza judaica.

O governo dos reis foi introduzido no mundo pelos pagãos, dos quais os filhos de Israel tomaram o costume. Foi a invenção mais próspera do Diabo para a promoção da idolatria. Os pagãos prestavam honras divinas aos reis falecidos; o mundo cristão melhorou a coisa prestando honras divinas aos reis vivos. Que sacrilégio o título de sagrada majestade aplicado a um verme que, no meio do seu esplendor, se desfaz em pó!

Assim como não se justifica tão grande elevação de um homem acima dos outros pelos direitos iguais da natureza, assim também não é defensável com a autoridade da Escritura, porque a vontade de Deus Todo-Poderoso, declarada por Gedeão e pelo profeta Samuel, desaprova expressamente o governo dos reis. Todas os passos antimonárquicos da Escritura têm sido cuidadosamente encobertos nos governos monárquicos, mas merecem sem dúvida a atenção dos países que devem ainda formar o seu próprio governo. «Dai a César o que é de César» é a doutrina bíblica dos tribunais; contudo, não constitui apoio ao governo monárquico, pois os Judeus, naquele tempo, não tinham rei e viviam em estado de vassalagem para com os Romanos.

Passaram quase três mil anos desde a descrição mosaica da criação, até que os Judeus, impelidos por uma decepção nacional, exigissem um rei. Até então, a sua forma de governo (salvo casos extraordinários nos quais intervinha o Todo-Poderoso) fora uma espécie de república, administrada por um juiz e pelos anciãos das tribos. Não tinham rei nenhum, e era tido por pecado chamar alguém por esse título, a não ser o Senhor dos Exércitos. E quando a gente reflecte seriamente na homenagem idólatra prestada à pessoa dos reis, não pode admirar-se que Deus Todo-Poderoso, sempre zeloso da sua honra, desaprove uma forma de governo que tão impiamente se arroga a prerrogativa do céu.

A monarquia, na Bíblia, ocupa o lugar de um dos pecados dos Judeus, pelo que paira sobre eles a maldição. Vale a pena determo-nos um pouco sobre isto.

Os filhos de Israel eram oprimidos pelos Midianitas, quando Gedeão lutou contra eles, com um pequeno exército, e viu a vitória decidir-se a seu favor, por interferência divina. Os Judeus, entusiasmados com o bom êxito e atribuindo-o a Gedeão, propuseram-se fazer dele rei, dizendo «Reina sobre nós, tu e teu filho, e o filho de teu filho». Era a tentação em toda a sua extensão – não apenas um reino, senão um reino hereditário – mas Gedeão, na piedade da sua alma, replicou «Não reinarei sobre vós, nem sobre vós reinará meu filho. *O Senhor reinará sobre vós.*» Não pode haver palavras mais explícitas; Gedeão não *declina* a honra, mas nega o direito de eles lha darem; nem tão-pouco

os saúda com inventadas declarações do seu agradecimento; pelo contrário, no estilo positivo do profeta, acusa-os de desapego ao conveniente soberano, o Rei do Céu.

Cento e trinta anos depois, mais ou menos, os Judeus incidem no mesmo erro. O desejo que tinham dos costumes idólatras dos pagãos é coisa excessivamente inexplicável; mas sucedeu que, aproveitando-se do mau comportamento dos dois filhos de Samuel, aos quais haviam sido confiados vários interesses seculares, correram abrupta e clamorosamente à presença de Samuel, dizendo «Olha, tu és velho, e teus filhos não seguem o teu exemplo; dá-nos um rei que nos julgue, como existe em todas as outras nações.» Aqui não deixaremos de observar que os seus motivos eram maus, isto é, que pretendiam ser como as demais nações, ou seja, os pagãos, ao passo que a sua verdadeira glória estava em ser o mais possível diferente deles. «Mas não agradou a Samuel dizerem *dá-nos um rei que nos julgue*; e Samuel orou ao Senhor, e o Senhor disse a Samuel: Escuta a voz do povo em tudo quanto te diz porque ele não foi a ti que rejeitou, mas a mim, *para eu não reinar sobre ele*. De acordo com tudo quanto fizeram desde o dia em que os trouxe do Egipto até hoje, abandonando-me depois, e passando a servir a outros deuses, o mesmo farão a ti. Escuta-lhes, no entanto, a voz, contesta-lhes, e mostra-lhes a justiça do rei que reinará sobre eles», ou seja, não de um rei específico, mas sim a justiça dos reis da terra, que Israel tão ansiosamente desejava copiar.

E não obstante a grande distância no tempo e a diferença de justiças, o tipo continua na moda. «E Samuel disse todas as palavras do Senhor ao povo que lhe pedia um rei. E disse: será esta a justiça do rei que reinará sobre vós; tomar-vos-à os filhos e os colocará nos seus carros, fará deles cavaleiros e precusores das suas quadrigas» (esta descrição concorda com a maneira actual de impressionar os homens); «e fará para si tribunos e centuriões, e aradores dos seus campos, e colhedores e fabricantes de armas e instrumentos dos seus carros; e vos tomará as filhas para que sejam confeiteiras, cozinheiras e padeiras» (o que descreve o gasto e o luxo, bem como a opressão dos reis); «e vos tomará os campos e oliveiras, os melhores até, e os dará aos seus servos; e vos tomará a dízima da colheita e das vinhas e a dará aos seus eunucos e fâmulos» (o que nos mostra que o suborno, a corrupção e o favoritismo constituem vícios permanentes dos soberanos); «e tomará a décima parte dos vossos servos e das vossas servas, bem como os melhores jovens, e os vossos burros, e os fará trabalhar; e tomará a décima parte das vossas ovelhas, e vós sereis seus servos, e naquele dia chorareis por causa do rei que escolhestes, e o Senhor não vos ouvirá naquele dia». É o que explica a continuação da monarquia; nem tão-pouco santificam o título ou apagam a pecabilidade da origem os poucos bons soberanos que desde então viveram. Os grandes encómios feitos a David não são feitos na sua *condição oficial de rei*, mas sim de *homem crente em Deus*. «Mas o povo recusou-se a ouvir a voz

de Samuel e disse: não importa; queremos, para podermos ser como as demais nações, um rei que nos governe, que nos julgue e que, à nossa testa, combata os nossos combates.» Samuel continuou a arrazoar com o povo, mas nada logrou; atirou-lhe à cara a ingratidão, mas tudo foi em vão; e vendo-o inteiramente voltado para a própria loucura, exclamou: «Invocarei o Senhor, e o Senhor mandará trovões e chuva» (o que era, então, um castigo, uma vez que se estava no tempo da colheita do trigo) «para que vejais quão grande é a vossa maldade, à vista do Senhor, *pedindo um rei*. Invocou, pois, Samuel a Deus, e Deus mandou trovões e chuva naquele dia, e todo o povo temeu bastante o Senhor e Samuel. E todo o povo disse a Samuel: Roga ao Senhor teu Deus, pelos teus servos, para que não morramos, pois *aos nossos pecados acrescentámos este de pedir um rei*.» Estes trechos da Escritura são directos e positivos. Não admitem interpretação equívoca. O facto de o Todo-Poderoso haver protestado contra o governo monárquico é verdadeiro, ou então a Escritura é falsa. E temos boas razões para acreditar que há tanto artes de rei como artes de sacerdote em manter a Escritura afastada do público nos países papalinos, porque a monarquia significa sempre papismo de governo.

Ao mal da monarquia acrescentámos o da sucessão hereditária; se a primeira é uma degradação e diminuição de nós mesmos, a segunda, apresentada sob o aspecto de questão de direito, é um insulto e uma imposição à posteridade. Sendo todos os seres humanos



iguais pela origem, *ninguém* pode ter, *por nascimento*, o direito de colocar em perpétua preferência, no tocante às demais, a sua família; e se alguém merecer honras dos contemporâneos, os seus descendentes bem poderão ser indignos de as herdar. Uma das provas *naturais* mais fortes da loucura da hereditariedade real é que a natureza a desaprova; de outro modo, não a faria tão frequentemente ridícula, dando à humanidade *por leão um burro*.

Em segundo lugar, visto que ninguém poderia a princípio possuir outras honras que não as que lhe tivessem sido concedidas, os doadores de tais honras não poderiam ter o poder de dispor do direito de posteridade, e embora pudessem dizer «Nós te escolhemos para nosso chefe», não lograriam, sem patente injustiça para com os seus filhos, dizer «teus filhos e os filhos de teus filhos reinarão sobre os nossos para sempre.» Esse contrato insensato, injusto, antinatural, poderia (talvez) colocá-los, na sucessão seguinte, sob o governo de um patife ou de um tolo. A maioria das criaturas sensatas, no íntimo, sempre encarou com desdém o direito hereditário. No entanto, aí está um dos males que, uma vez estabelecido, não se extirpa com facilidade; muitos submetem-se por medo, outros por superstição, enquanto os mais poderosos compartilham, com o soberano, do saque do resto.

Isso é supor que a actual raça de reis do mundo teve uma origem honrosa; entretanto, é mais do que provável que, se nos fosse dado retirar o negro manto

que cobre a antiguidade, e ver como se originaram os reis, comprovaríamos que o primeiro dentre eles não passava do principal rufião de um bando incansável, granjeando entre saqueadores, pelas maneiras brutais ou pela superioridade em argúcia, o título de chefe, e posteriormente, aumentado o poder e ampliadas as depredações, obrigando pelo terror pacíficos e indefesos a comprar a segurança por frequentes contribuições. Entretanto os seus eleitores não podiam ter a ideia de conceder direito hereditário aos seus descendentes, uma vez que essa perpétua exclusão dos restantes era incompatível com os princípios livres e irreparáveis com os quais professavam viver. Por conseguinte, a sucessão hereditária nos primeiros tempos da monarquia não se verificou como questão de exigência, mas sim como facto casual ou complementar; mas, não existindo daquela época documentos ou existindo poucos, e estando repleta de lendas a história tradicional, nada custou, passadas algumas gerações, architectar uma história supersticiosa convenientemente calculada, do tipo da de Maomé, para fazer o vulgo engolir o direito hereditário. É possível que as desordens que ameaçavam explodir, ou pareciam ameaçar, por ocasião da morte de um chefe e a escolha de outro (pois não podiam ser muito ordenadas as eleições entre patifes), tenham induzido muita gente, a princípio, a favorecer as pretensões hereditárias, com o que sucedeu, como tem sucedido desde então, ser reclamado como direito o que antes fora apresentado como simples conveniência.

A Inglaterra, desde a conquista, conheceu alguns bons monarcas, mas gemeu sob um número muito maior de maus; ninguém poderá dizer, com sensatez, que seja coisa bastante honrosa a exigência que apresentam em nome de Guilherme, o *Conquistador*. O desembarque de um bastardo francês rodeado de bandidos armados, que se faz, depois, rei da Inglaterra contra a vontade dos nacionais, é em palavras simples uma torpeza, infamemente original. Não houve nisso, evidentemente, nenhuma divindade. Contudo, é desnecessário perder muito tempo na exposição da loucura do direito hereditário; se há alguém tão fraco que acredite nele, que adore promiscuamente o burro e o leão, não lhe imitarei a humildade nem lhe perturbarei a devoção.

Mas gostaria de perguntar-lhe como supõe o aparecimento dos primeiros reis? A questão admite apenas três respostas, isto é, pela sorte, pela eleição, pela usurpação. Se o primeiro rei subiu ao trono pela sorte, o facto estabelece um precedente que exclui a sucessão hereditária. Saúl foi rei pela sorte, mas a sucessão não foi hereditária; nem decorre do acontecimento ter havido qualquer intento de que fosse. Se o primeiro rei de qualquer país foi rei por eleição, fica igualmente aberto o precedente para o seguinte, pois dizer que o direito de todas as futuras gerações é eliminado pelo acto dos primeiros eleitores em sua escolha, não somente de um rei senão de uma família de reis, e para sempre, é coisa que não possui paralelo nem na Escritura nem fora da

Escritura, a não ser a doutrina do pecado original, que supõe perdida em Adão a vontade livre de todos os homens; e dessa comparação – aliás, não admite outra – não pode tirar glória nenhuma a sucessão hereditária. Porque do facto de, em Adão, todos haverem pecado e de, nos primeiros eleitores, todos haverem obedecido, do facto de naquele haver ficado toda a Humanidade sujeita a Satanás e nestes à soberania, do facto de no primeiro caso se haver perdido a nossa inocência, e a nossa autoridade no segundo, e do facto de as duas coisas nos não permitirem reassumir um estado e um privilégio anterior; segue-se irrefutavelmente serem paralelos o pecado original e a sucessão hereditária. Desonrosa posição! Inglória ligação! E no entanto nem o mais arguto é capaz de produzir um símile mais justo.

Quanto à usurpação, não haverá ninguém ousado que a defenda; e é facto que não se contradiz haver sido Guilherme, o *Conquistador*, um usurpador. A verdade simples é que a antiguidade da monarquia inglesa não resiste a exame.

Porém, o que mais interessa à Humanidade não é o absurdo, é o mal da sucessão hereditária. Se garantisse uma estirpe de homens bons e sensatos, traria o selo da autoridade divina; mas, abrindo as portas ao *insensato*, ao *mau*, ao *impróprio*, tem em si a natureza da opressão. Os que se consideram nascidos para reinar e julgam os outros nascidos para obedecer não tardam em tornar-se insolentes. Separados do resto da Humanidade, a importância cedo lhes envenena o espírito;

e o mundo em que agem difere tão materialmente do mundo em geral que pouca oportunidade têm de saber quais são os verdadeiros interesses deste e, quando sucedem no governo, são a maioria das vezes os mais ignorantes e inadequados em todos os domínios.

Outro dos males da sucessão hereditária é ficar o trono sujeito a ser ocupado por um menor de qualquer idade; a regência, então, agindo sob o manto real, terá todas as oportunidades e todos os motivos para trair a confiança. Ocorre a mesma desventura nacional quando o monarca, debilitado pela idade e pelas doenças, inicia o último estágio da fraqueza humana. Em ambos os casos, o público torna-se presa de qualquer canalha capaz de conseguir lidar com as tolices da idade ou da infância.

A defesa mais plausível jamais oferecida em favor da sucessão hereditária é ela preservar a nação das guerras civis; se tal fosse verdadeiro, seria importante; mas na realidade é a mentira mais deslavada imposta à Humanidade. Toda a história da Inglaterra nega esse facto. Trinta reis e dois menores reinaram neste país insensato, desde a conquista, e nesse tempo (incluindo-se a Revolução [4]) não houve menos do que oito guerras civis e dezanove rebeliões. Portanto, em vez de defender a paz, luta contra ela e destrói o próprio alicerce sobre o qual parece firmar-se.

A luta pela monarquia e pela sucessão entre as casas de York e Lancaster mergulhou a Inglaterra em sangue, durante muitos anos. Entre Henrique e Eduardo, travaram-se

---

(4) Aqui, faz-se referência à Revolução de 1688. (N. E.)

doze duras batalhas, além de escaramuças e cercos. Por duas vezes foi Henrique prisioneiro de Eduardo, que, por sua vez, o foi de Henrique. E é tão incerto o destino de uma guerra e o humor de uma nação, quando a razão da luta está apenas em questões pessoais, que Henrique foi levado em triunfo da prisão para o palácio, e Eduardo obrigado a fugir do palácio para um país estrangeiro; entretanto, sendo pouco duradouras as repentinas mudanças de humor, foi Henrique por sua vez expulso do trono, substituindo-o nele Eduardo. Quanto ao Parlamento, sempre esteve ao lado do mais forte.

Esta luta começou no reinado de Henrique VI e só terminou inteiramente com Henrique VII, quando se uniram as famílias, o que equivale a um período de 67 anos, desde 1422 até 1489.

Em resumo, a monarquia e a sucessão cobriram de sangue e de cinzas o mundo inteiro (não somente este ou aquele país). É uma forma de governo contra a qual testemunha a palavra de Deus, e o sangue é a sua companheira.

Se indagarmos da tarefa do rei, verificaremos que em alguns países ela não existe; e depois de passar a vida sem prazer para si próprio e sem vantagem para a nação, retira-se de cena, deixando que o sucessor represente o mesmo papel inútil. Nas monarquias absolutas, todo o peso da actividade, civil e militar, jaz sobre o rei; os filhos de Israel, ao pedirem um rei, insistiram nisto: «para que possa julgar-nos, colocar-se à nossa testa e combater os nossos combates». Mas os países

em que ele não é juiz nem general, como na Inglaterra, é difícil saber que actividade é a dele.

Quanto mais um governo se aproxima da república, tanto menos função existe para o rei. É difícil achar um nome adequado para o governo da Inglaterra. Sir William Meredith chama-lhe república; mas no seu actual estado é indigno de tal nome, porque a corrupta influência da Coroa, tendo à sua disposição todos os postos, de tal modo absorveu o poder e devorou a virtude da Câmara dos Comuns (parte republicana da constituição) que o governo da Inglaterra é quase tão monárquico como o da França ou o da Espanha. Os homens desentendem-se com os nomes sem os compreender, porque é da parte republicana, e não da parte monárquica da constituição da Inglaterra que os Ingleses se orgulham ou seja, da liberdade de escolher uma Câmara dos Comuns saída do seu próprio grupo – e é fácil ver que, quando as virtudes republicanas falham, o resultado é a escravidão. A constituição da Inglaterra encontra-se enferma porque a monarquia envenenou a república; a Coroa absorveu os Comuns.

Na Inglaterra, o rei pouco mais faz do que levar a efeito a guerra e oferecer bons lugares, o que, em palavras simples, significa empobrecer a nação e mergulhá-la na discórdia. Belo negócio para qualquer indivíduo receber oitocentas mil libras por ano e, ainda por cima, ser adorado! Muito mais vale para a sociedade e para Deus o homem honesto, do que todos os rufiões coroados que jamais viveram.

## Clássicos do Pensamento Político

### Títulos publicados

1. *A Liberdade dos Antigos Comparada com a dos Modernos*, Benjamin Constant (Tradução, introdução e notas de António Araújo)
2. *A Política como Vocação (seguido de) A Ciência como Vocação*, Max Weber (Introdução de Miguel Morgado, tradução de Artur Morão)
3. *República*, Platão (Tradução, prefácio e notas de Elísio Gala)
4. *Virtude e Terror*, Maximilien Robespierre (Introdução de Slavoj Žižek, tradução de Miguel Freitas da Costa)
5. *Terrorismo e Comunismo – Resposta a Karl Kautsky*, Leon Trotsky (Introdução de Slavoj Žižek, tradução de Artur Morão)
6. *Utopia*, Thomas More (Introdução de Miguel Morgado, tradução de Berta Mendes e Helder Guégués)
7. *Da Prática e da Contradição*, Mao Tsé-Tung (Introdução de Slavoj Žižek, tradução de Miguel Freitas da Costa)
8. *O Estado e outros Ensaios*, Frédéric Bastiat (Org. de Pedro Almeida Jorge, introduções de Friedrich Hayek e André Azevedo Alves, tradução de AAVV)
9. *Utilitarismo e Ensaios sobre Bentham*, John Stuart Mill (Tradução, introdução e notas de Pedro Galvão)
10. *Senso Comum e Outros Panfletos*, Thomas Paine (Introdução de Bertrand Russell, tradução de J. Silva Couto)